

EMPREGABILIDADE NA BAIXADA FLUMINENSE: UM PROBLEMA ESTRUTURAL

Instituto Maayan¹

Priscilla Pacheco de Souza²

RESUMO

O artigo aborda os desafios socioeconômicos enfrentados pela população da Baixada Fluminense, destacando a escassez de oportunidades de trabalho formal, a alta taxa de desemprego e a predominância da informalidade no mercado de trabalho, discute a Política Nacional de Trabalho, Emprego e Renda, delineando seus objetivos e medidas para promover a geração de empregos formais e a qualificação profissional, analisa a nova configuração do trabalho na região, considerando a diversidade ocupacional e as desigualdades estruturais, apresenta panorama do mercado de trabalho na Baixada Fluminense entre 2015 e 2018 e ressaltando a necessidade de reestruturação das políticas públicas para enfrentar os desafios.

Palavras-chave: Baixada Fluminense, Mercado de Trabalho, Desemprego, Informalidade, Políticas Públicas.

Abstract: The article addresses the socioeconomic challenges faced by the population of Baixada Fluminense, highlighting the scarcity of formal job opportunities, the high unemployment rate and the predominance of informality in the labor market, discusses the National Policy for Work, Employment and Income, outlining its objectives and measures to promote the generation of formal jobs and professional qualification, it analyzes the new configuration of work in the region, considering occupational diversity and structural inequalities, it presents an overview of the job market in Baixada Fluminense between 2015 and 2018 and highlighting the need to restructure public policies to face the challenges.

Keywords: Baixada Fluminense, Job Market, Unemployment, Informality, Public Policies.

¹ Instituto fundado em 2011, tratando-se de uma organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com sede na Cidade do Rio de Janeiro. Resultado da união da Associação Fonte de Vida Isaura Santos e do desejo de uma equipe multidisciplinar de profissionais e empreendedores sociais. Com notória experiência gerencial no campo das realizações sociais e nos princípios do desenvolvimento integrado e autossustentável. E-mail: maayan.instituto@gmail.com

² Assistente Social e Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: priscilla_souza@id.uff.br

1. Introdução

A Baixada Fluminense, situada no estado do Rio de Janeiro, é região que abrange treze municípios e se caracteriza por um complexo cenário socioeconômico, com uma população de 3.925.424 milhões de habitantes em 2019, a região enfrenta desafios estruturais que impactam a dinâmica do mercado de trabalho e na qualidade de vida de sua população.³

Dos desafios enfrentados pela população habitante da Baixada Fluminense, a escassez de oportunidades de trabalho formal e a alta taxa de desemprego representam parte do quadro complexo que impacta a vida dos moradores, a região enfrenta questões como a informalidade do mercado de trabalho, baixos salários, condições precárias de trabalho e falta de acesso a benefícios trabalhistas, que contribuem para a vulnerabilidade socioeconômica das famílias, dificultando o acesso a serviços básicos, como saúde e educação, e perpetuando o ciclo de pobreza na região.

A população habitante da Baixada Fluminense enfrenta obstáculos decorrentes da baixa renda e da prevalência da informalidade no mercado de trabalho, em 2019 41,1% dos habitantes estavam em trabalhos informais e mal remunerados, sem acesso a direitos trabalhistas ou proteção social adequado, no mesmo período, a região registrou taxa média de desemprego de 11,9%, representando o maior contingente desde 2016.⁴

A falta de políticas públicas eficazes com vistas a promover a empregabilidade e estimular o desenvolvimento econômico local agrava ainda mais essa situação, a ausência de investimentos em infraestrutura produtiva, capacitação profissional e programas de incentivo ao empreendedorismo limita as oportunidades de trabalho e compromete o crescimento econômico sustentável da região.

A escassez de postos de atendimento do SINE na região da Baixada Fluminense representa obstáculo para a empregabilidade dos habitantes locais, a distribuição desproporcional desses postos e seu número reduzido dificultam o acesso dos trabalhadores aos serviços oferecidos, como cadastro de currículos, encaminhamento para vagas de emprego e orientação profissional, resultando em dificuldades na busca por oportunidades de trabalho, e contribuindo para a persistência das altas taxas de desemprego e subemprego na região.

2. Metodologia da pesquisa

³ Segundo informações do site: <http://www.agenda2030.org.br/ods/8/>. Acesso em: 17/10/2019.

⁴ Segundo informações do site: <http://www.agenda2030.org.br/ods/8/>. Acesso em: 17/10/2019.

A metodologia utilizada nesta pesquisa baseou-se na análise de dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), além de pesquisa documental, o método foi escolhido devido à sua capacidade de fornecer informações objetivas e abrangentes sobre o mercado de trabalho na região da Baixada Fluminense, permitindo compreensão detalhada dos desafios enfrentados pela população local em relação ao emprego e renda.

No âmbito da análise de dados do MTE, foram utilizadas informações obtidas a partir de fontes como a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), os dados foram analisados com o objetivo de identificar tendências e padrões no mercado de trabalho da Baixada Fluminense ao longo de determinado período de tempo.

A pesquisa documental, por sua vez, envolveu a coleta e análise de documentos relevantes, como relatórios governamentais, legislações trabalhista, outros estudos acadêmicos e relatórios de organizações não governamentais, os documentos foram examinados com vistas a fornecer visão ampla e contextualizada dos principais problemas e questões relacionadas ao emprego e renda na região.

A utilização de técnicas de análise quantitativa e qualitativa para interpretar os dados coletados, incluindo o uso de ferramentas estatísticas para calcular indicadores-chave, como taxa de desemprego, saldo de empregos formais e distribuição setorial do emprego na Baixada Fluminense.

Foram realizadas análises comparativas entre diferentes períodos de tempo e áreas geográficas dentro da região, de forma a identificar variações e disparidades no mercado de trabalho local que permitiu a compreensão aprofundada das dinâmicas e tendências específicas que afetam a empregabilidade e a renda dos habitantes da Baixada Fluminense.

Todos os passos metodológicos foram realizados com rigor científico e ético, garantindo a confiabilidade e validade dos resultados obtidos. A triangulação de métodos e fontes de dados foi empregada para garantir a robustez e a consistência das conclusões alcançadas.

Em suma, a metodologia da pesquisa foi projetada para fornecer uma análise abrangente e fundamentada sobre a situação do mercado de trabalho na Baixada Fluminense, destacando os desafios enfrentados pela população local e identificando possíveis estratégias e políticas para promover a empregabilidade e o desenvolvimento econômico na região.

3. Sobre a Política Nacional de Trabalho, Emprego e Renda – Lei Federal N° 13.667/2018

A Política Nacional de Trabalho, Emprego e Renda, regida pela Lei Federal N° 13.667/2018, define a implementação das políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho no Brasil, de forma a estabelecer conjunto de diretrizes e instrumentos destinados a promover a geração de empregos, a qualificação profissional e a melhoria da renda dos trabalhadores em todo o país.

Dos objetivos da política, incentivar a criação de empregos formais, visando reduzir a informalidade no mercado de trabalho e promover a segurança e estabilidade dos trabalhadores por meio da formalização do vínculo empregatício, para tanto, são implementadas medidas que estimulam a contratação com carteira assinada e proporcionam benefícios trabalhistas e previdenciários aos trabalhadores.

A Lei prevê a implementação de programas de qualificação profissional, com o intuito de capacitar os trabalhadores para as demandas do mercado de trabalho e promover sua inserção em ocupações mais produtivas e bem remuneradas. Essa medida busca atender às necessidades do mercado, proporcionando mão de obra qualificada e contribuindo para o desenvolvimento econômico do país.

A intermediação de mão de obra, serviço ofertado nas agências do SINE, facilita o acesso dos trabalhadores às oportunidades de emprego disponíveis e promove o encontro entre oferta e demanda no mercado de trabalho, estabelecendo canais de comunicação entre empregadores e trabalhadores, facilitando a colocação e recolocação profissional.

A política busca apoiar o empreendedorismo e o desenvolvimento de micro e pequenas empresas, por meio de medidas de incentivo e apoio aos empreendedores., incluindo a facilitação do acesso ao crédito, o estímulo à formalização dos negócios e suporte para o desenvolvimento de novas iniciativas empresariais.

4. Sobre a Agenda 2030 da ONU - Objetivo 8. Trabalho Decente e Crescimento Econômico

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável N° 8 da Agenda 2030 da ONU, refere-se ao "Trabalho Decente e Crescimento Econômico", que tem como objetivo promover o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza no mundo, de forma a combater a

desigualdade de renda e de oportunidades, que mina o crescimento econômico e impede o alcance do desenvolvimento dos mais vulneráveis.

A revitalização econômica é fundamental para criar condições favoráveis à estabilidade e à sustentabilidade dos países, de forma a promover políticas que incentivem o empreendedorismo e a criação de empregos de maneira inclusiva e sustentável, bem como erradicar o trabalho forçado, formas análogas à escravidão e o tráfico de seres humanos, garantindo que todas as pessoas possam alcançar seu pleno potencial.

As metas do ODS 8 incluem sustentar o crescimento econômico per capita, aumentar a produtividade das economias, promover políticas orientadas para o desenvolvimento e apoiar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, dissociar o crescimento econômico da degradação ambiental, alcançar o emprego pleno e produtivo para todas as mulheres e homens, inclusive para jovens e pessoas com deficiência, a redução substancial da proporção de jovens sem emprego, educação ou formação, a erradicação do trabalho forçado e das piores formas de trabalho infantil, a proteção dos direitos trabalhistas e a promoção de ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores.

Para alcançar o ODS 8, é crucial abordar uma série de desafios complexos que afetam o mercado de trabalho global. Um dos principais objetivos é sustentar o crescimento econômico per capita, especialmente em países menos desenvolvidos, onde o acesso a oportunidades econômicas pode ser limitado. Isso requer políticas e estratégias que estimulem o investimento, a inovação e a diversificação econômica, criando um ambiente propício para o crescimento sustentável.

5. Sobre a nova configuração do trabalho e da classe trabalhadora contemporânea

A nova forma de ser do trabalho requer compreensão ampliada e abrangente, como destacado por Ricardo Antunes & Giovanni Alves, quando afirmam que é necessário partir de uma concepção mais ampla de trabalho, a nova classe trabalhadora não se restringe apenas aos trabalhadores industriais, engloba toda a diversidade dos assalariados que dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver, incluindo os trabalhadores diretos, bem como aqueles que desempenham atividades nos setores de serviços e agricultura, como os assalariados das regiões agroindustriais na Baixada Fluminense.

A classe trabalhadora abrange os trabalhadores precarizados, que enfrentam condições de trabalho instáveis e temporárias, refletindo a fragmentação e heterogeneidade do mercado

de trabalho local, onde predominam formas de emprego informal e subemprego, os trabalhadores se veem compelidos a aceitar condições de trabalho inadequadas devido à escassez de oportunidades laborais formais e à pressão econômica imediata.

Na Baixada Fluminense, essa nova configuração do trabalho se manifesta de maneira particular, refletindo as dinâmicas socioeconômicas e as transformações estruturais ocorridas na região ao longo do tempo, antes caracterizada por forte presença industrial, a Baixada Fluminense enfrentou processo de desindustrialização e reestruturação produtiva, que impactou diretamente na composição e nas condições de trabalho da sua população.

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, o proletariado industrial tradicional na Baixada Fluminense viu-se reduzido, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, com a proliferação de empregos precários e temporários, simultaneamente, assistiu-se o aumento do novo proletariado fabril e de serviços na região, representado por trabalhadores terceirizados, subcontratados e em regime de tempo parcial.

A globalização contribuiu para a reconfiguração do mercado de trabalho na Baixada Fluminense, o acirramento da competição internacional levou indústrias a migrarem para outras regiões com mão de obra mais barata, deixando para trás um vácuo econômico na Baixada, resultando no aumento do desemprego e da precarização do trabalho na Baixada Fluminense.

A globalização influenciou a vida social e cultural na Baixada Fluminense, a disseminação de tecnologias de comunicação e informação conectou a região ao mundo, permitindo o acesso a novas ideias, tendências culturais e oportunidades de educação e emprego, essa integração global trouxe desafios, como a disseminação de padrões de consumo globalizados e a erosão de identidades culturais locais.

O processo de globalização na Baixada Fluminense não ocorreu de forma homogênea ou sem conflitos, enquanto alguns setores se beneficiaram das oportunidades econômicas geradas pela globalização, outros enfrentaram marginalização e exclusão social, o agravamento das desigualdades socioeconômicas, juntamente com questões como a violência urbana e a falta de infraestrutura básica, evidenciam os desafios enfrentados pela população local em um mundo cada vez mais globalizado.

A figura do Microempreendedor Individual (MEI) ganhou destaque como forma de formalização e legalização das atividades econômicas informais, pois oferece série de benefícios, como a possibilidade de emitir nota fiscal, acesso a direitos previdenciários e simplificação dos processos tributários, que tem incentivado muitos trabalhadores a se tornarem empreendedores individuais.

Os microempreendedores individuais, apesar de formalizados, encaram realidade desafiadora, com dificuldades para manter seus negócios lucrativos e sustentáveis, isso se deve, às dificuldades econômicas enfrentadas na região, que limitam o poder de compra dos consumidores e reduzir a demanda por produtos e serviços oferecidos pelos MEI's.

Os empreendedores enfrentam dificuldades para obter empréstimos bancários e financiamento para expandir seus negócios, diminuindo o potencial de crescimento e inovação dos empreendedores, devido à burocracia excessiva e a falta de apoio governamental, dificultando o acesso a recursos financeiros, especialmente aqueles com pequenos negócios ou sem histórico de crédito sólido, e que tem dificuldades para atender aos requisitos exigidos pelos bancos e outras instituições financeiras.

6. O Estado Situacional do Mercado de Trabalho na Baixada Fluminense

A análise da evolução do emprego formal na Baixada Fluminense entre os anos de 2015 e 2018 revela cenário desafiador, marcado por saldo negativo de mais de 67.000 postos de trabalho, conforme dados do Ministério do Trabalho demonstrados na tabela abaixo, o declínio tem impactos socioeconômicos profundos na região, afetando diretamente a qualidade de vida e a prosperidade da população local.

| Município | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 (jan a ago) | Total (2015-2018) |
|--------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|-------------------|
| Belford Roxo | -788 | -1.117 | -593 | -340 | -2.838 |
| Duque de Caxias | -7.615 | -13.951 | -8.301 | -4.544 | -34.411 |
| Guapimirim | -74 | 60 | 404 | -4 | -78 |
| Itaguaí | -4.676 | 427 | 12 | 453 | -5.520 |
| Japeri | -113 | -187 | -97 | -31 | -559 |
| Magé | -347 | -994 | -1 | -214 | -1.147 |
| Mesquita | -878 | -2.657 | -347 | -103 | -878 |
| Nilópolis | -1.863 | -898 | -3.445 | 206 | -1.863 |
| Nova Iguaçu | -9.025 | -4.597 | -52 | -167 | -9.025 |
| Paracambi | -536 | -827 | 60 | -207 | -536 |
| Queimados | -8.469 | -1.267 | -1.087 | 294 | -8.469 |
| São João de Meriti | -822 | 371 | -67 | -43 | -822 |
| Seropédica | 115 | 60 | -13.556 | 371 | 371 |
| Total | -21.571 | -27.957 | -13.556 | -4.329 | -67.413 |

Fonte: Ministério do Trabalho – Dados Abertos RAIS/CAGED, acesso em 05/03/2019.

Os números apresentados evidenciam a realidade preocupante nos 13 municípios da Baixada Fluminense, com quedas expressivas no número de empregos formais ao longo desses anos, municípios como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Queimados e Belford Roxo apresentam os maiores registros de perda de postos de trabalho, o que amplifica os desafios enfrentados pela população em busca de oportunidades de emprego estáveis e bem remuneradas.

A tendência de retração no mercado de trabalho formal na região está associada a série de fatores, incluindo a desaceleração econômica, a falta de investimentos em setores estratégicos e a instabilidade política, a baixa formação profissional dos trabalhadores locais contribui para dificultar a absorção de novas oportunidades de emprego, especialmente nas áreas especializadas e com maior demanda por qualificação técnica.

Diante desse panorama, torna-se evidente a necessidade urgente de reestruturação das políticas públicas voltadas para o trabalho, emprego e renda na Baixada Fluminense, de forma a realizar um levantamento situacional, que envolva as estruturas administrativas instaladas, bem como as transversalidades e intersetorialidades necessárias para promover a empregabilidade e a geração de renda na região.

Esse processo de reestruturação deve ser pautado por abordagem integrada e participativa, envolvendo diferentes atores sociais, governamentais e da sociedade civil, de forma a promover o diálogo e a cooperação entre órgãos públicos, empresas, instituições de ensino, organizações não governamentais e comunidades locais, visando identificar as demandas específicas da região e desenvolver soluções conjuntas e sustentáveis, bem como a participação ativa dos cidadãos no processo de tomada de decisão com vistas a garantir a legitimidade e eficácia das políticas implementadas, promovendo o desenvolvimento econômico e social da Baixada Fluminense de forma inclusiva e equitativa.

É essencial investir em programas e iniciativas que incentivem a formação profissional, o empreendedorismo e o desenvolvimento de setores econômicos estratégicos, visando criar ambiente favorável à criação de empregos e ao fortalecimento da economia local.

7. Considerações Finais

A situação socioeconômica da Baixada Fluminense apresenta desafios complexos que demandam intervenções estratégicas e integradas para promover a empregabilidade e a

melhoria da qualidade de vida da população local, as altas taxas de desemprego e a escassez de oportunidades de trabalho formal evidenciam a urgência de medidas eficazes para reverter esse cenário desfavorável.

Ao longo deste estudo, foram identificados fatores que contribuem para a dificuldade de inserção e permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho da região, a falta de investimentos em infraestrutura produtiva, a baixa qualificação profissional e a informalidade laboral são apenas algumas das questões que precisam ser enfrentadas de forma proativa pelos governos e pela sociedade civil.

A implementação da Política Nacional de Trabalho, Emprego e Renda, regida pela Lei Federal Nº 13.667/2018, representa passo importante na busca por soluções para os desafios enfrentados pela Baixada Fluminense, é fundamental que essas políticas sejam adaptadas e ampliadas com vistas a atender às demandas específicas da região.

A integração entre os diversos atores sociais, governamentais e da sociedade civil é fundamental para o sucesso das iniciativas de desenvolvimento econômico e social na Baixada Fluminense, a participação da sociedade da região na formulação e implementação de políticas públicas é crucial para garantir sua eficácia e sustentabilidade a longo prazo.

É necessário investir programas de qualificação social e profissional, visando preparar os trabalhadores locais para as demandas do mercado de trabalho moderno, a promoção do empreendedorismo e o apoio ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas contribuem para a geração de empregos e o fortalecimento da economia local.

Outro ponto importante a ser considerado é a necessidade de políticas específicas para os setores mais vulneráveis da população, como jovens, mulheres, pessoas com deficiência e trabalhadores informais, a criação de oportunidades de trabalho inclusivas e equitativas é essencial para reduzir as desigualdades sociais e promover um desenvolvimento sustentável na região.

A análise da evolução do emprego formal na Baixada Fluminense entre os anos de 2015 e 2018 revelou cenário preocupante, com queda significativa no número de postos de trabalho, a tendência indica a necessidade de ações urgentes para reverter esse quadro e estimular a criação de empregos de qualidade na região.

Diante desse panorama, é fundamental que os gestores públicos, empresários e líderes comunitários atuem de forma colaborativa e comprometida com o desenvolvimento da Baixada Fluminense, por meio de uma abordagem integrada e participativa possibilitando a superação de desafios e construção de um futuro próspero para todos os habitantes da região.

O sucesso na promoção da empregabilidade e no desenvolvimento econômico da Baixada Fluminense requerirá tempo, esforço e dedicação de todos os envolvidos, sendo necessária a manutenção das ações implementadas ao longo do tempo, bem como a constante busca por soluções inovadoras e sustentáveis, visando garantir um futuro promissor para as gerações presentes e futuras.

É necessário esforço conjunto e coordenado de todos os segmentos da sociedade para transformar a realidade socioeconômica da Baixada Fluminense, com a implementação de políticas públicas eficazes, investimentos estratégicos e uma cultura de colaboração e inclusão, será possível construir uma região mais próspera, justa e sustentável para todos os seus habitantes.

8. Referências

AGENDA 2030. Objetivo 8. “Trabalho Decente e Crescimento Econômico: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todos. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/ods/8/>”. Acesso em: 17/10/2019.

ALVES, Giovanni; ANTUNES, Ricardo. “As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital.” Campinas: Educ. Soc., vol. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

LEI Nº 13.667, DE 17 DE MAIO DE 2018 “Dispõe sobre o Sistema Nacional de Emprego (Sine), criado pelo Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975.” Acesso em 18 out. 2019.

LOPES, Celso de Jesus – “Articulação das políticas de trabalho, emprego e renda em municípios da baixada fluminense: seus impactos na efetividade, solução e enfrentamento das atividades laborais; ENAP – ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA” 2018.